

MAPA DE RISCOS COM MATRIZ INTEGRADA

O presente Mapa de Gestão de Riscos foi elaborado com fundamento nos princípios do planejamento, da eficiência, da governança, da segurança jurídica e do controle, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por finalidade identificar, analisar, alocar e tratar os riscos capazes de comprometer o regular desenvolvimento da contratação, a execução do objeto e o alcance dos resultados pretendidos pelo Município de Itamonte/MG.

A gestão de riscos assume especial relevância na presente contratação em razão da adoção do regime de contratação integrada, no qual a futura contratada será responsável pela elaboração e pelo desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a partir do anteprojeto e do Plano de Necessidades disponibilizados pela Administração, bem como pela execução e entrega integral das 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais.

O empreendimento integra o Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV, na modalidade FNHIS Sub-50, vinculado ao Termo de Compromisso nº 970776/2024 e à operação CAIXA nº 1099142-42, devendo sua execução observar as condições do instrumento de transferência, as regras aplicáveis ao Programa, a Portaria MCID nº 1.416/2023 e suas alterações, os procedimentos do TransfereGov, as exigências relacionadas ao acompanhamento pela Caixa Econômica Federal e os demais documentos integrantes da contratação.

A natureza integrada do objeto exige adequada delimitação das responsabilidades entre a Administração e a futura contratada. Caberá à contratada desenvolver, compatibilizar e submeter à aprovação os projetos básico e executivo, definir as soluções e metodologias construtivas dentro dos parâmetros estabelecidos pela contratação, executar as unidades habitacionais, realizar os controles, ensaios e testes necessários e entregar o objeto em condições de recebimento e utilização. As soluções propostas deverão permanecer compatíveis com o anteprojeto, o Plano de Necessidades, os requisitos técnicos e de desempenho e com o limite financeiro estabelecido para a contratação, não constituindo a liberdade técnica inerente à contratação integrada autorização para ampliação do escopo ou do valor contratado.

Por sua vez, permanecem sob responsabilidade do Município as providências que lhe foram expressamente atribuídas nos documentos da contratação, especialmente aquelas relacionadas à disponibilização das áreas e frentes de trabalho, às providências institucionais perante os órgãos e entidades envolvidos e à execução e coordenação da infraestrutura urbana pública que não integra o objeto da contratação, observadas as interfaces, cotas, níveis, redes e pontos de conexão necessários ao funcionamento das unidades habitacionais.

Essa divisão de responsabilidades torna particularmente relevantes os riscos relacionados às interfaces entre a construção das unidades e a infraestrutura municipal, uma vez que atrasos, incompatibilidades, indisponibilidade de frentes de trabalho ou inadequação dos pontos de conexão podem repercutir sobre o cronograma e sobre a conclusão do empreendimento. A Matriz de Riscos deverá, portanto, permitir a



identificação da origem de cada evento e sua adequada atribuição à parte que detenha melhores condições de preveni-lo, controlá-lo ou suportar suas consequências.

Também constituem aspectos relevantes da contratação os riscos decorrentes do desenvolvimento dos projetos pela própria contratada, especialmente quanto à suficiência dos levantamentos, compatibilização entre disciplinas, atendimento ao anteprojeto e ao Plano de Necessidades, adequação das soluções às condições efetivamente encontradas, atendimento às normas técnicas, obtenção das aprovações necessárias e prevenção de erros, omissões ou incompatibilidades que possam repercutir sobre a execução das obras.

A execução física das unidades habitacionais somente poderá ocorrer após o atendimento das condições estabelecidas nos documentos da contratação, incluindo a conclusão, compatibilização e aprovação integral dos projetos básico e executivo, a emissão da Autorização de Início de Obra – AIO no TransfereGov, a disponibilidade das respectivas frentes de trabalho e o atendimento aos demais marcos administrativos, técnicos e financeiros aplicáveis ao empreendimento.

A gestão de riscos deverá considerar, ainda, as particularidades do acompanhamento físico e financeiro do empreendimento. As medições serão registradas no TransfereGov pela contratada, submetidas ao ateste e à instrução documental pelo Município e posteriormente à análise da Caixa Econômica Federal. Somente após a aprovação da medição no âmbito desse fluxo será solicitada a emissão do documento fiscal correspondente e iniciado o processamento para pagamento, tornando relevantes os riscos relacionados à correta execução dos serviços, à elaboração das medições, à documentação comprobatória, às eventuais glosas e ao cumprimento dos procedimentos exigidos pelo Programa.

A metodologia adotada contempla a identificação dos principais riscos relacionados às fases de planejamento e seleção do fornecedor, desenvolvimento e aprovação dos projetos, mobilização, execução das obras, interfaces com a infraestrutura municipal, fornecimento de materiais, controle tecnológico e da qualidade, segurança e saúde do trabalho, gestão ambiental, acompanhamento do cronograma, medições, fiscalização, atuação perante a Caixa Econômica Federal e o TransfereGov, recebimento das unidades e período posterior à conclusão.

Para cada risco serão identificados, conforme a estrutura adotada na matriz, o evento de risco e sua forma de materialização, suas possíveis causas e consequências, a parte responsável por sua gestão, as medidas preventivas e mitigadoras aplicáveis, bem como sua probabilidade de ocorrência e seu impacto potencial sobre a contratação. A combinação entre probabilidade e impacto permitirá a classificação do nível de risco e a definição das estratégias de tratamento e acompanhamento adequadas.

A alocação estabelecida na Matriz de Riscos deverá ser interpretada conjuntamente com o edital, o Termo de Referência, o anteprojeto, o Plano de Necessidades, o contrato e os demais documentos integrantes da contratação, constituindo elemento essencial para a definição das responsabilidades das partes e para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste. A materialização de determinado risco não implicará automaticamente prorrogação de prazo, alteração contratual ou recomposição



financeira, devendo seus efeitos ser analisados conforme a alocação estabelecida, o nexo causal, a efetiva repercussão sobre a execução e as medidas de prevenção e mitigação adotadas.

Considerando as características do empreendimento, destacam-se como especialmente relevantes os riscos relacionados à elaboração e compatibilização dos projetos; adequação das soluções construtivas; condições do terreno; execução das fundações e demais sistemas construtivos; disponibilidade e qualidade dos materiais; cumprimento do cronograma; interfaces com a infraestrutura municipal; segurança e qualidade da obra; disponibilidade das frentes de trabalho; medições e liberações financeiras; atuação perante a Caixa Econômica Federal e o TransfereGov; recebimento das unidades; e correção de vícios ou desconformidades.

Os riscos atribuídos à Contratada consideram-se abrangidos pelo preço global proposto, não ensejando, por sua materialização, recomposição econômico-financeira, sem prejuízo das hipóteses expressamente previstas em lei. Os riscos atribuídos à Contratante ou compartilhados serão avaliados conforme sua efetiva materialização, responsabilidade, nexo causal e repercussão comprovada sobre o contrato.

Por fim, o presente Mapa de Gestão de Riscos integra o planejamento e a execução da contratação e deverá ser observado durante todo o ciclo contratual, desde o procedimento licitatório até a conclusão e o recebimento das unidades habitacionais, orientando a atuação da Administração, da fiscalização e da contratada na prevenção, identificação, tratamento e registro dos eventos capazes de afetar o empreendimento, de modo a contribuir para a adequada aplicação dos recursos públicos, a segurança jurídica da contratação, o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do MCMV – FNHIS Sub-50 e a efetiva entrega das 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais previstas para o Município de Itamonte/MG.

MARCELO FILGUEIRAS GUIMARÃES

*Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Territorial
Arquiteto – CAU nº A76638-0 | Matrícula nº 13.617*

JOSÉ RICARDO ALMADA OLIVEIRA

*Secretário Municipal de Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Serviços Públicos
Responsável pela unidade demandante*





COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL N° _____
RÚBRICA

Itamonte/MG, 13 de julho de 2026.





MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

MAPA DE RISCOS COM MATRIZ INTEGRADA							
Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
BLOCO 1 (Fase Licitatória e Contratual)							
1	Impugnações/recursos ao edital	Questionamentos de licitantes sobre cláusulas, prazos ou exigências do edital.	Suspensão/adiamento da disputa; ajustes no edital; reprogramação do cronograma.	Contratante (conduz o certame e decide impugnações).	Edital claro e fundamentado; respostas tempestivas; registro em ata; cronograma com folga técnica.	Média – comum em obras públicas, sobretudo quando há disputa de mercado.	Moderado – costuma gerar atraso, mas raramente inviabiliza o processo.
2	Inabilitação da vencedora	Vencedora não comprova requisitos (técnicos/fiscais/financeiros).	Desclassificação; convocação da 2ª colocada; atraso na assinatura; possível judicialização.	Contratante (análise e decisão); Contratada (deve apresentar documentos idôneos).	Checklist de habilitação; diligências formais; exigência de balanço/atestados compatíveis; prazos rígidos.	Média – ocorre com alguma frequência em obras.	Forte – pode demandar refazimento de etapas e atrasar o início.
3	Atraso ou impedimento na autorização para início da execução física das obras	Não emissão da Autorização de Início de Obra – AIO no TransfereGov ou não atendimento de condição necessária ao início da execução física.	Impedimento do início das obras e necessidade de reprogramação do cronograma físico-financeiro.	Contratante (quanto às providências institucionais sob sua responsabilidade); Contratada (quanto aos documentos e elementos técnicos de sua responsabilidade).	Acompanhamento das condições necessárias à emissão da AIO; atendimento tempestivo das pendências; articulação com a Caixa e controle dos marcos necessários ao início da obra.	Muito Alta – considerando a dependência de procedimentos, análises e autorizações externas para emissão da AIO	Forte – impede início e desloca todo o cronograma físico-financeiro.
4	Atraso na assinatura/publicação do contrato	Demora em formalidades internas (pareceres, assinaturas, publicação do extrato).	Postergação do marco “início de obra”; risco de caducidade de propostas/garantias.	Contratante	Fluxo interno pré-planejado; minuta pronta; checagem de documentos; prazos de conferência definidos.	Média – depende de tramitação administrativa.	Moderado – costuma ser resolvido sem comprometer o objeto.
5	Regularização registral dos terrenos	Pendências de desmembramento/ averbações para individualizar lotes das 25 UHs.	Dificuldade para licitar/ordenar implantação; risco de ajustes tardios; atraso em registros finais.	Contratante (titularidade/registro); Contratada (implantar conforme demarcação oficial).	Acelerar desmembramentos; inserir como condição de marco; interface com cartório; plantas e memoriais atualizados.	Média – parte do trabalho ainda “em andamento”.	Forte – sem regularidade registral, entrega das Uhs para as famílias e aceite final ficam comprometidos.
6	Mudanças normativas durante a licitação	Alterações em leis/portarias que atinjam requisitos, prazos ou critérios do edital.	Necessidade de retificar edital; reabrir prazos; risco de impugnações adicionais.	Contratante	Cláusula de adequação superveniente; monitoramento normativo; janela de segurança entre publicação e sessão.	Baixa – ocorre, mas não é frequente em curto intervalo.	Moderado – pode gerar reprogramação significativa.
7	Judicialização do certame	Ações/liminares questionando edital, julgamento ou habilitação.	Suspensão por decisão judicial; incerteza de cronograma; custo indireto.	Contratante (ato administrativo é alvo); Contratada (atua como interessada).	Edital bem fundamentado; parecer jurídico robusto; defesa célere; registro formal de decisões e diligências.	Baixa – mais comum em licitações de grande porte/valores altos; ainda possível.	Forte – liminares podem interromper todo o processo.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
BLOCO 2 (Projeto e Planejamento)							
8	Deficiências ou incompatibilidades nos projetos executivos	Falhas técnicas, omissões ou incoerências nos projetos elaborados pela contratada.	Retrabalho, aditivos indevidos, atraso em frentes de obra, glosa em fiscalização.	Contratada	Revisões internas, peer review, checagem com normas, submissão para análise em marcos.	Alta – comum em regime integrado.	Forte – afeta custo para a empresa, prazo e aceite técnico.
9	Não observância do Plano de Necessidades	Projeto não segue diretrizes e vedações definidas pela Prefeitura.	Exigência de refazer projeto/obra; atraso em aprovações.	Contratada	Vincular o Plano ao edital; validações formais; reuniões técnicas antes da elaboração do projeto/obra.	Média – risco moderado quando o Plano é claro.	Forte – reprovação gera retrabalho e atraso.
10	Alteração de fundações por divergência entre sondagem preliminar e aprofundada	Sondagem executiva indica solução diferente (ex.: radier → estacas).	Aumento de custo para a empresa e prazo da fundação; replanejamento estrutural.	Contratada (que assume os custos decorrentes da alteração)	Empresa contratada realizar sondagem completa antes de fazer projetos de fundação; prefeitura validar projeto de fundações como marco; vedar pleitos por risco previsível.	Média – sondagem preliminar já feita, mas pode divergir.	Forte – impacta custo para a empresa contratada e caminho crítico.
11	Erros de compatibilização entre disciplinas	Interferências entre arquitetura, estrutura e instalações.	Retrabalho de lajes, prumadas, redes; atrasos.	Contratada	Compatibilização via BIM; reuniões multidisciplinares; revisão em marcos de validação.	Alta – muito comum sem BIM.	Moderado – geralmente sanável, mas gera custo e aumento de prazo.
12	Não atendimento às normas técnicas e aos requisitos de desempenho e acessibilidade	Projetos ou soluções em desacordo com as normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto ao desempenho, segurança e acessibilidade das unidades habitacionais.	Reprovação ou necessidade de correção dos projetos; refazimento de serviços eventualmente executados em desconformidade; atraso na execução e no aceite.	Contratada	Verificação das normas aplicáveis por disciplina; atuação de responsáveis técnicos habilitados; revisão dos projetos antes da submissão à Administração.	Média – pode ocorrer por falha na elaboração ou revisão dos projetos.	Forte – a não conformidade pode impedir a aprovação dos projetos ou o aceite dos serviços.
13	Projeto executivo com memorial descritivo e/ou especificações inadequadas	Especificações ambíguas ou incompletas que geram compras inadequadas.	Materiais fora do padrão; substituições; atritos com fiscalização.	Contratada	Aprovação de amostras e mockups; catálogo de equivalentes; validação prévia.	Média – comum em projetos rápidos.	Moderado – corrige-se, mas gera atrasos.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
14	Dimensionamento de acessibilidade e UHs adaptadas aquém da demanda real a ser definida no Projeto Social	Projetos não contemplam adequadamente as adaptações específicas necessárias às unidades destinadas aos beneficiários que demandem atendimento diferenciado, ou deixam de preservar nas demais unidades as condições necessárias à futura adaptação.	Necessidade de revisão dos projetos ou adaptação das unidades; atraso na entrega; impedimento do aceite das unidades afetadas.	Contratada , quanto à incorporação das adaptações e condições de adaptabilidade aos projetos e à execução; Contratante , quanto à disponibilização tempestiva das informações sobre os beneficiários e unidades que demandem adaptação específica.	Compatibilização das informações do trabalho social com os projetos antes da execução; previsão das condições de adaptabilidade das unidades; conferência das soluções de acessibilidade antes da aprovação dos projetos.	Média – depende da identificação das necessidades específicas dos beneficiários.	Forte – inadequações podem impedir o aceite e a destinação das unidades.
15	Atraso na elaboração, submissão, correção ou aprovação dos projetos básico e executivo	Contratada não apresenta os projetos completos nos prazos estabelecidos, demora a corrigir os apontamentos ou a Administração ultrapassa os prazos previstos para análise e decisão.	Postergação da aprovação integral dos projetos e, conseqüentemente, do início da execução física das unidades habitacionais.	Contratada , quanto à elaboração, compatibilização, submissão e correção dos projetos; Contratante , quanto à análise e aprovação nos prazos sob sua responsabilidade.	Cronograma específico para desenvolvimento e análise dos projetos; controle das entregas; verificação prévia da documentação; atendimento tempestivo aos apontamentos.	Alta – o desenvolvimento e a aprovação dos projetos constituem etapa crítica da contratação integrada.	Forte – enquanto não houver aprovação integral, a execução física das unidades não poderá ser iniciada.
16	Inadequação ou insuficiência da infraestrutura urbana sob responsabilidade do Município	Soluções de drenagem, vias, redes públicas ou demais elementos da infraestrutura urbana mostram-se insuficientes ou incompatíveis com as necessidades do empreendimento.	Interferências na execução, dificuldade de conexão das unidades às redes, necessidade de adequações e possível atraso na conclusão e utilização do empreendimento.	Contratante	Planejamento e acompanhamento da infraestrutura municipal; compatibilização de cotas, níveis, redes e pontos de conexão com os projetos das unidades; coordenação do cronograma da infraestrutura com o cronograma das obras.	Média – se estudos forem insuficientes ou simplificados.	Forte – pode gerar retrabalho extenso e gastos expressivos.
17	Incompatibilidade com legislação urbanística municipal	Projeto em desacordo com recuos, taxa de ocupação, parâmetros urbanísticos.	Exigência de ajustes pela Prefeitura; atrasos; risco de embargo.	Contratada (projetar conforme normas); Contratante (orientar e aprovar).	Due diligence urbanística prévia; parecer formal da Prefeitura.	Baixa – a Prefeitura é a autoridade urbanística.	Moderado – gera retrabalho, mas tende a ser resolvido.
18	Início da execução física antes da aprovação integral dos projetos	Contratada inicia serviços permanentes da obra com projetos básico e executivo ainda pendentes de conclusão, compatibilização, correção ou aprovação pela Administração.	Execução em desacordo com as soluções aprovadas; necessidade de correção ou refazimento; não reconhecimento dos serviços para medição; atraso e responsabilização da contratada.	Contratada	Condicionar expressamente o início da execução física à aprovação integral dos projetos; fiscalização do cumprimento desse marco; Ordem de Serviço com delimitação clara das atividades autorizadas.	Baixa – a vedação está expressamente estabelecida nos documentos da contratação.	Forte – pode gerar execução irregular, retrabalho e comprometimento do cronograma.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
BLOCO 3 (Execução da Obra)							
19	Atrasos no cronograma físico-financeiro	Execução das etapas não acompanha o cronograma contratual.	Atraso na entrega final; desequilíbrio de fluxo de caixa; glosa de medições.	Contratada	Planejamento detalhado; controle de marcos; relatórios mensais; plano de recuperação.	Alta – comum em obras públicas e empreendimentos habitacionais.	Forte – compromete prazo e entrega.
20	Perda de produtividade da mão de obra	A equipe rende menos do que o previsto (falta de organização e treinamento).	Mais dias de obra, custo fixo maior, ritmo irregular.	Contratada	Treinar equipes; organizar frentes; metas simples de produção; reforço pontual.	Média – aparece com frequência, mas é administrável.	Moderado – encarece e atrasa, porém raramente interrompe tudo.
21	Vícios construtivos (ex.: infiltração, esquadrias, acabamento)	Defeitos na execução que comprometem qualidade e uso.	Refazer serviços, atrasar entrega, laudos reprovados.	Contratada	Checklists por serviço; teste simples de estanqueidade; inspeção antes de medir.	Alta – padrão popular e repetição favorecem erros se não houver controle.	Forte – impede aceitar a obra até corrigir.
22	Acidentes de trabalho/ falhas de segurança	Ausência ou falha de proteção no canteiro.	Afastamentos, multas, interdição e, no extremo, morte.	Contratada	Treinamentos obrigatórios; EPI sempre; rotas e guarda-corpos; supervisão diária.	Média – obra civil ainda registra ocorrências de acidentes.	Catastrófico – risco humano e responsabilização civil e criminal.
23	Furto/ roubo/ vandalismo no canteiro	Acesso indevido e falta de vigilância.	Sumiço de materiais, quebra de equipamentos, paradas.	Contratada	Cercar e iluminar canteiro; controle de acesso; vigilância; inventário diário.	Média – municípios pequenos também sofrem com isso.	Moderado – dói no bolso e no prazo, mas é superável.
24	Falha no controle de qualidade	Executar mal feito, sem checagem por etapa.	Serviço precisa ser refeito, medições glosadas, desgaste com fiscalização.	Contratada	Inspeções simples e constantes; aceitar serviço só com checagem; fotos e registros.	Média – comum em empresas menores.	Forte – qualidade ruim cobra preço alto em tempo e dinheiro.
25	Atraso no fornecimento de insumos críticos	Material essencial não chega na hora (aço, cimento, esquadrias).	Frente crítica é interrompida; cronograma inteiro escorrega.	Contratada	Comprar com antecedência; ter 2ª opção de fornecedor; estoque mínimo de segurança.	Alta – cadeias de suprimento seguem instáveis para alguns itens.	Forte – sem insumos essenciais, não há obra.
26	Variação de preços de materiais e insumos	Elevação dos preços de materiais, equipamentos ou insumos necessários à execução em relação aos valores considerados pela contratada na formação de sua proposta.	Aumento dos custos de execução, pressão sobre o fluxo de caixa da contratada e eventual comprometimento do ritmo da obra.	Contratada, quanto às variações ordinárias e previsíveis de mercado. Eventos extraordinários serão tratados conforme a legislação, o contrato e a Matriz de Riscos.	Planejamento de compras; negociação antecipada com fornecedores; programação de estoques e gestão financeira compatível com o cronograma da obra.	Média – oscilações de mercado podem ocorrer durante a execução.	Moderado – pode elevar os custos da contratada, sem alteração automática do valor contratual.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
27	Retrabalho por falha de execução	Execução de serviços em desacordo com o projeto ou com as normas técnicas, exigindo a demolição e a reexecução parcial ou total do serviço.	Gasto adicional de materiais e mão de obra, acúmulo de entulho, atraso no cronograma, desgaste entre contratada e fiscalização, risco de comprometimento da qualidade final.	Contratada – responsabilidade integral por planejar, supervisionar e executar corretamente, arcando com os custos do retrabalho.	Implantar plano de qualidade da obra; inspeções técnicas contínuas; treinamentos de equipe; exigência de aprovação prévia em serviços críticos (ex.: fundações, impermeabilização) antes da continuidade; condicionar medições à conformidade comprovada.	Alta – empreendimentos habitacionais em série, com equipes grandes e prazos apertados, têm histórico frequente de falhas de execução.	Forte – gera aumento de custos, atrasos relevantes e pode comprometer a durabilidade das unidades se não for corrigido adequadamente.
28	Problemas de logística no canteiro de obras	Materiais mal guardados; fluxo interno confuso.	Perdas por avaria; tempo perdido andando; obra desorganizada.	Contratada	Desenhar layout do canteiro; áreas cobertas; vias internas desobstruídas; almoxarifado organizado.	Média – aparece quando a obra cresce sem ajustar a logística.	Moderado – atrapalha, mas corrige com organização.
29	Gestão ou destinação inadequada dos resíduos da obra	Acúmulo, acondicionamento, transporte ou destinação inadequada de entulhos e demais resíduos provenientes da execução.	Riscos à segurança e à organização do canteiro; necessidade de remoção ou regularização; multas ou outras medidas administrativas; atraso dos serviços.	Contratada	Organização e controle dos resíduos no canteiro; utilização de locais e meios adequados para acondicionamento; destinação ambientalmente regular e manutenção dos respectivos comprovantes.	Média – exige controle permanente durante a execução.	Moderado – pode gerar custos e atrasos, mas tende a ser corrigível.
30	Encargos trabalhistas/previdenciários em atraso	Empresa não recolhe o devido aos trabalhadores	Ações na Justiça; risco de responsabilizar o Município.	Contratada	Conferir guias antes de pagar medição; exigir certidões; reter se necessário.	Alta – recorrente em empresas menores.	Forte – risco jurídico direto para a Prefeitura.
31	Greves ou paralisações da equipe	Greve setorial ou interna.	Dias parados, replanejamento, custo fixo correndo.	Contratada (negociação direta); Contratante (apoio institucional quando couber).	Respeitar convenções coletivas; diálogo aberto; plano de contingência de frentes.	Média – acontece de tempos em tempos.	Moderado – costuma ser temporário.
32	Problema geotécnico não previsto	Solo com comportamento pior do que o esperado (ex.: água aflorando).	Mudar solução de fundação; reforços; atrasos pontuais.	Contratada	Sondagem executiva bem feita; drenagens provisórias; engenheiro acompanhando.	Baixa – já existe sondagem preliminar; risco residual.	Forte – se surgir, mexe com custo e caminho crítico.
33	Ausência ou indisponibilidade de responsável técnico durante a execução	Ausência do profissional responsável, interrupção de sua atuação ou substituição sem atendimento às condições estabelecidas na contratação.	Comprometimento do acompanhamento técnico da obra, dos registros de responsabilidade, das medições e dos demais atos que dependam de profissional habilitado; possível paralisação das atividades afetadas.	Contratada	Manutenção dos responsáveis técnicos durante a execução; ART/RRT correspondentes; planejamento de substituições e prévia anuência da Administração quando exigida.	Baixa – a exigência está definida nos documentos da contratação.	Forte – determinadas atividades e atos técnicos não podem prosseguir regularmente sem profissional habilitado.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
34	Subcontratação irregular de parcelas do objeto	Subcontratação sem autorização da Administração, em desacordo com os limites estabelecidos ou com transferência indevida de responsabilidades essenciais da contratada.	Execução irregular, determinação de correção da situação, possível comprometimento técnico dos serviços e aplicação das medidas contratuais cabíveis.	Contratada	Exigência de autorização prévia; identificação das parcelas e dos responsáveis; verificação da capacidade técnica pertinente e fiscalização das condições da subcontratação.	Baixa – as condições e limitações estarão expressamente estabelecidas.	Forte – pode comprometer a responsabilidade técnica e a execução integrada do objeto.
35	Falência/incapacidade financeira da contratada	Empresa perde fôlego e abandona a obra.	Paralisa total; nova licitação; atraso grande.	Contratada	Exigir garantias de execução; checar saúde financeira; acompanhar sinais de alerta.	Baixa – seleção rigorosa e exigência de comprovação financeira reduzem bastante o risco.	Catastrófico – para tudo e recomeça processo.
36	Projeto “as built” diferente do que foi construído	Documentação final não reflete a obra real.	Dificulta aceite e manutenção; volta documento para corrigir.	Contratada	Atualizar “as built” por etapa; condicionar última medição à entrega conferida.	Média – comum quando não é atualizada durante a obra.	Moderado – trava entrega até ajustar.
37	Atraso nas ligações provisórias do canteiro de obras (água/energia)	Concessionárias demoram a ligar o canteiro.	Mobilização lenta; imprevisto com gerador/caminhão-pipa; custo extra.	Contratada (solicita para a Prefeitura); Contratante (comunica concessionárias).	Pedir em até 5 dias após contrato; reuniões de acompanhamento; plano B (gerador/reservatórios).	Média – bastante comum em cidades pequenas.	Moderado – pode atrasar o início e encarecer a obra.
38	Atraso nas ligações definitivas (água, esgoto, energia)	Concessionárias demoram a ligar redes para as casas.	Casa pronta, porém sem uso; entrega adiada.	Contratada (comunica quando as instalações estiverem prontas para ligações definitivas e acompanha); Contratante (solicita e articula institucionalmente com concessionárias).	Solicitar ligações assim que possível; compromissos formais com concessionárias.	Alta – muito comum em programas habitacionais.	Forte – sem ligações, não há entrega.
BLOCO 4 (Institucionais e Externos)							
39	Atrasos ou negativa de licenciamento ambiental/urbanístico	Demora ou indeferimento em licenças necessárias para a obra.	Obra paralisada, exigência de adequações, custos adicionais.	quanto às licenças, autorizações e providências institucionais prévias expressamente atribuídas ao Município; Contratada , quanto às licenças, registros, ART/RRT, autorizações e documentos decorrentes de sua atividade, de seus projetos, métodos executivos, canteiro e responsabilidades técnicas.	Iniciar processo de licenciamento cedo; acompanhamento constante; alinhar exigências com órgãos competentes.	Baixa – licenças já estão sendo providenciadas.	Forte – sem licença não há obra.
40	Embargos por órgãos de fiscalização (IBAMA, CREA, MP)	Suspensão da obra por descumprimento legal ou denúncia.	Interrupção da execução, multas, necessidade de regularização.	Contratada (cumprir normas técnicas/ambientais); Contratante (garantir autorizações).	Cumprir legislação; manter documentação organizada; auditorias internas periódicas.	Média – ocorre quando há falha documental ou denúncia.	Forte – pode paralisar a obra por longo período.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
41	Intempéries acima da normalidade (chuvas fortes, enchentes, geadas)	Ocorrência de chuvas intensas, enchentes, geadas ou outros eventos climáticos em intensidade ou duração excepcional, acima das condições normalmente previsíveis para o período e local da execução.	Interrupção ou redução do ritmo de serviços afetados; danos ou necessidade de recuperação de frentes; possível impacto no cronograma.	Contratada , quanto às condições climáticas ordinárias e às medidas de proteção e planejamento; eventos excepcionalmente adversos terão seus efeitos apurados conforme o contrato e a Matriz de Riscos.	Planejamento considerando a sazonalidade; proteção das frentes de serviço; drenagens provisórias; registro das ocorrências e adoção de medidas para reduzir seus impactos.	Média – podem ocorrer períodos de condições climáticas adversas durante a execução.	Forte – eventos excepcionais podem comprometer etapas críticas e o cronograma.
42	Descoberta de sítio arqueológico ou material histórico	Identificação de vestígios durante a obra.	Paralisação até análise do IPHAN; possível mudança de projeto.	Contratante (responsável institucional pelo acervo cultural).	Pesquisa prévia; comunicação imediata ao IPHAN; plano de contingência para paralisação parcial.	Muito baixa – raríssimo em áreas urbanas conhecidas.	Forte – se ocorrer, trava a obra até decisão do órgão.
43	Epidemias ou pandemias com impacto relevante na execução	Evento sanitário de alcance relevante provoca indisponibilidade de mão de obra, restrições de circulação ou interrupções significativas no fornecimento de materiais e serviços.	Redução ou paralisação de equipes e fornecedores, com possível comprometimento do cronograma.	Compartilhado , conforme a natureza e os efeitos do evento, observadas as responsabilidades que permaneçam sob controle de cada parte.	Medidas sanitárias aplicáveis; planejamento de contingência; diversificação de fornecedores; registro dos impactos e continuidade das atividades não afetadas.	Baixa – não é frequente, mas recente pandemia mostrou risco real.	Catastrófico – pode paralisar por meses.
44	Atraso ou glosa na liberação dos recursos federais	Atraso, retenção ou glosa na liberação dos recursos vinculados à medição, em razão de pendências, inconsistências ou procedimentos de análise perante a Caixa e o TransfereGov.	Atraso na autorização para emissão da nota fiscal e no processamento do pagamento, com possível impacto no fluxo financeiro da execução.	Conforme a causa: Contratada , quanto ao lançamento da medição e documentos sob sua responsabilidade; Contratante , quanto ao ateste e à documentação de sua competência; sem imputação automática às partes quando decorrente exclusivamente da análise externa.	Cumprimento do fluxo de medição no TransfereGov; conferência dos documentos; atendimento tempestivo das pendências e acompanhamento da análise junto à Caixa.	Média – pode ocorrer por falha burocrática.	Forte – paralisa obras sem dinheiro.
45	Atraso nas análises, aprovações ou vistorias da Caixa	Demora na análise das medições, documentos, projetos ou no agendamento e realização das vistorias necessárias ao acompanhamento do empreendimento.	Atraso na aprovação de medições, liberação de recursos, validação de etapas ou conclusão dos procedimentos de acompanhamento do empreendimento.	Risco externo, quando a demora decorrer exclusivamente da atuação da Caixa; Contratada e Contratante permanecem responsáveis pelo atendimento tempestivo das exigências que lhes competirem.	Apresentação tempestiva e completa dos documentos; acompanhamento dos procedimentos; atendimento imediato aos apontamentos e manutenção de interlocução institucional com a Caixa.	Média – prazos podem alongar.	Moderado – atrasa pagamentos, mas não impede execução.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
46	Erros ou inconsistências no lançamento e instrução das medições no TransfereGov	Contratada lança medição com informações ou documentos incorretos/incompletos, ou a Contratante identifica ou insere documentação de sua responsabilidade com inconsistências, impedindo o regular prosseguimento da análise pela Caixa.	Devolução ou necessidade de correção da medição; atraso na aprovação pela Caixa, na autorização para emissão da nota fiscal e no pagamento.	Contratada , quanto ao lançamento da medição e documentos sob sua responsabilidade; Contratante , quanto ao ateste e à documentação que lhe competir inserir no sistema.	Responsável técnico habilitado para as medições; conferência prévia das informações e documentos; observância dos procedimentos do TransfereGov e correção tempestiva das pendências.	Média – recorrente em empreendimentos do MCMV.	Moderado – atrasa repasses, mas ajusta-se com revisão.
47	Mudanças legislativas ou normativas durante a execução	Alterações em leis que afetam obras públicas.	Necessidade de adequações contratuais; novos requisitos.	Compartilhada , conforme a natureza, alcance e efeitos da alteração legislativa ou normativa, observadas as obrigações atribuídas a cada parte, a legislação aplicável e, quando cabível, seus efeitos sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.	Monitorar mudanças legais; assessoria jurídica constante; cláusulas de reequilíbrio contratual.	Baixa – não é frequente no período curto da obra.	Moderado – pode gerar ajustes, mas não inviabiliza.
48	Atraso na execução ou disponibilização da infraestrutura urbana municipal	Infraestrutura urbana sob responsabilidade do Município não é executada ou disponibilizada nos marcos necessários à continuidade, conexão ou conclusão das unidades habitacionais.	Interferência nas frentes dependentes da infraestrutura, impossibilidade de realizar conexões, atraso na conclusão ou na disponibilização das unidades.	Contratante	Compatibilização dos cronogramas; acompanhamento dos marcos da infraestrutura municipal; disponibilização tempestiva de cotas, níveis, redes e pontos de conexão; priorização das frentes necessárias à continuidade das unidades.	Média – prazos podem alongar.	Forte – pode travar liberações ou atrasar continuidade.
49	Interferência política (mudança de gestão alterando prioridades)	Mudança de prefeitos ou diretrizes federais.	Redução de apoio ao projeto; atrasos administrativos.	Contratante	Garantir contrato robusto; incluir no planejamento do PAC e PPA; assegurar continuidade com vinculação a recursos federais.	Média – ocorre em ciclos eleitorais.	Forte – pode travar liberações ou atrasar continuidade.
BLOCO 5 (Sociais e Comunitários)							
50	Invasões ao canteiro de obras	Entrada irregular de pessoas no local da obra.	Furto de materiais, depredação, acidentes.	Contratada (responde pela vigilância da obra e segurança física); Contratante (apoio institucional se conflito social).	Cercamento, vigilância, iluminação; articulação com PM/Guarda Municipal.	Média – canteiros de habitação popular atraem curiosos e pessoas que não foram selecionadas no Projeto Social, há risco de invasão.	Forte – paralisação e perdas financeiras.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

51	Ocupação indevida das UHs prontas antes da entrega final para as famílias selecionadas	Famílias ocupam as casas ainda não entregues.	Judicialização, conflitos, atraso na entrega oficial.	Contratante (polícia administrativa e reintegração de posse).	Vigilância; entrega rápida após conclusão; plano de contingência jurídica.	Média – comum em programas habitacionais.	Forte – gera desgaste político/social e atraso.
-----------	--	---	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
52	Depredação de unidades concluídas mas não entregues à Contratante	Vandalismo ou invasão antes da entrega oficial; UHs que são finalizadas primeiro enquanto outras ainda estão em construção	Danos em acabamento; retrabalho; custo adicional.	Contratada (deve manter guarda até entrega final da obra para a Prefeitura)	Guarda 24h; cercamento; cronograma de entrega ágil.	Média – histórico em empreendimentos similares.	Moderado – gera custo e atraso, mas corrigível.
53	Conflitos com famílias não contempladas na seleção	Revolta de famílias não selecionadas no processo.	Protestos, invasões, ações judiciais.	Contratante	Transparência no processo de seleção; trabalho social intenso; comunicação clara com a comunidade.	Alta – na maioria dos casos, a demanda de famílias inscritas é maior que oferta das unidades habitacionais.	Forte – ameaça à ordem e andamento do projeto.
54	Judicialização da seleção de beneficiários	Ações na Justiça contestando critérios.	Suspensão de lista, paralisação de entregas.	Contratante	Edital de seleção robusto; ampla publicidade; critérios objetivos; apoio jurídico.	Média – comum em programas sociais.	Forte – pode travar ocupação e gerar atrasos.
55	Protestos ou bloqueios por moradores vizinhos	Comunidade local protesta contra impactos da obra.	Paralisação temporária; atritos políticos.	Contratante	Reuniões comunitárias; plano de comunicação; rápido atendimento de reclamações.	Baixa – depende de impacto percebido.	Moderado – gera atraso, mas é contornável.
56	Necessidade de adaptação específica de maior número de unidades habitacionais	A identificação dos beneficiários demonstra necessidade de adaptações específicas em número de unidades superior ao inicialmente considerado.	Necessidade de incorporar as adaptações correspondentes às unidades destinadas aos beneficiários identificados, com possível impacto no planejamento e no cronograma de execução.	Contratada , quanto à execução das adaptações necessárias dentro do objeto e do valor contratado; Contratante , quanto à identificação e comunicação tempestiva das necessidades dos beneficiários.	Preservar a adaptabilidade das unidades; compatibilizar tempestivamente as informações do trabalho social com o planejamento da obra; definir as unidades que receberão adaptações antes da execução das etapas afetadas.	Média – depende da composição das famílias selecionadas.	Forte – a ausência das adaptações necessárias pode impedir o aceite e a adequada destinação das unidades.
57	Atos de violência, retaliação ou insegurança no entorno da obra	Criminalidade ou reação de famílias não contempladas.	Ameaça a trabalhadores; depredação; paralisações.	Contratada (responsável pela segurança física); Contratante (dá apoio policial/institucional).	Vigilância armada; articulação com PM; plano de contingência.	Baixa – depende do contexto social local.	Forte – risco à integridade física e andamento.
58	Pressão política/social para mudar critérios do trabalho social	Tentativas de interferir no processo de seleção.	Questionamentos, insegurança jurídica, ações judiciais.	Contratante	Critérios claros em edital; ampla divulgação; blindagem jurídica.	Média – pressão política é recorrente.	Forte – pode atrasar seleção e gerar judicialização.
59	Ações coletivas de beneficiários questionando qualidade ou entrega	Famílias contempladas questionam obra ou critérios.	Judicialização coletiva; bloqueio de entregas.	Contratante	Comunicação constante; vistorias com famílias antes da entrega; entrega do Manual do Usuário das UHs para as famílias; canais de denúncia formal.	Média – tende a ocorrer em grupos organizados.	Moderado – gera desgaste político e atraso, mas ajustável.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
BLOCO 6 (Entrega e Pós-Obra)							
60	Atraso na emissão de Habite-se e AVCB	Demora dos órgãos municipais e Corpo de Bombeiros para liberar os documentos de uso.	Casas concluídas, mas não entregues oficialmente.	Contratada, quanto à elaboração, protocolo e complementação dos documentos técnicos sob sua responsabilidade e à correção das desconformidades imputáveis aos projetos ou serviços executados; Contratante, quanto às providências administrativas e institucionais de sua competência e à atuação perante os órgãos responsáveis, conforme definido nos documentos da contratação.	Solicitar vistorias com antecedência; acompanhar prazos; checklist antes de protocolar.	Média – processos costumam ser lentos.	Forte – sem documentos, não há entrega legal.
61	Pendências de averbação e registro em cartório	Dificuldade em registrar o conjunto habitacional.	Beneficiários não recebem o título de propriedade.	Contratante	Preparar documentação cedo; dialogar com cartório; assessoria jurídica especializada.	Média – comum em programas habitacionais.	Moderado – compromete segurança jurídica das famílias.
62	Ausência ou atraso na entrega do Manual do Usuário	Manual obrigatório não entregue ou incompleto.	Beneficiários sem orientações de uso/manutenção; risco de mau uso.	Contratada	Manual modelo aprovado pela Prefeitura; entrega junto às chaves; registro de recebimento.	Média – esquecimentos são frequentes.	Moderado – compromete qualidade de ocupação.
63	Divergência entre obra executada e projeto aprovado	Diferenças detectadas na conferência final.	Reprovação em vistorias; atraso na aceitação.	Contratada	Atualizar “as built”; fiscalização comparativa; exigência de conformidade.	Média – ocorre sem controle rígido.	Forte – trava aceite e entrega.
64	Ausência de ensaios e comissionamentos obrigatórios	Ensaio finais (SPDA, estanqueidade, instalações) não realizados ou incompletos.	Risco de falhas de segurança; reprovação técnica.	Contratada	Cronograma de ensaios; laudos entregues antes da medição final; exigência contratual.	Média – recorrente em obras rápidas.	Forte – impede aceite técnico.
65	Atraso ou deficiência na infraestrutura urbana sob responsabilidade do Município	Vias, drenagem, redes públicas, acessos ou demais elementos da infraestrutura urbana sob responsabilidade municipal não são executados ou disponibilizados nos marcos necessários à conexão, conclusão e utilização das unidades habitacionais.	Impossibilidade ou atraso nas conexões das unidades, dificuldades de acesso, comprometimento da utilização das habitações e atraso nos procedimentos de conclusão e entrega do empreendimento.	Contratante	Compatibilizar o cronograma da infraestrutura municipal com o cronograma das unidades; acompanhar os marcos de execução; disponibilizar tempestivamente cotas, níveis, redes e pontos de conexão necessários.	Alta – a infraestrutura municipal possui execução própria e precisa permanecer coordenada com o cronograma das unidades habitacionais.	Forte – atrasos podem impedir a plena utilização e a conclusão dos procedimentos de entrega do empreendimento.



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nº	Risco	Definição	Materialização (tradução prática)	Alocação (quem assume a responsabilidade)	Mitigação	Classificação	
						Probabilidade	Impacto
66	Não ocupação imediata das casas	Beneficiários não se mudam logo após entrega.	Risco de invasão, depredação e desgaste político.	Contratante (trabalho social).	Acompanhar famílias; plano de mudança; segurança nos primeiros dias.	Média – ocorre quando há atrasos no trabalho social.	Moderado – compromete controle social e preservação das casas.
67	Inadimplência dos beneficiários nas ligações definitivas (água/energia)	Famílias não pagam taxas para ligação individual, ou utilizam as redes dos vizinhos ilegalmente.	Casas sem utilidade imediata; desgaste social.	Beneficiário/Contratante (responsabilidade da família, mas Prefeitura apoia socialmente).	Comunicação clara; articulação com concessionárias; possível subsídio inicial.	Média – famílias vulneráveis podem ter dificuldade.	Moderado – atrasa uso, mas não paralisa programa.
68	Pendências identificadas na vistoria final da Caixa	A vistoria final da Caixa identifica desconformidades, pendências técnicas ou documentais relacionadas ao empreendimento.	Necessidade de correções ou complementações; realização de nova verificação; atraso na conclusão dos procedimentos vinculados ao Termo de Compromisso e na entrega do empreendimento.	Conforme a causa da pendência: Contratada , quando relacionada aos projetos, serviços, materiais ou documentos de sua responsabilidade; Contratante , quando relacionada às obrigações municipais.	Vistoria prévia pelo Município e pela contratada; correção antecipada das pendências; conferência da documentação final e atendimento tempestivo aos apontamentos da Caixa.	Média – a vistoria final pode identificar pendências mesmo após os controles realizados durante a execução.	Forte – pendências relevantes podem impedir a conclusão dos procedimentos de encerramento e entrega.
69	Ausência de manutenção pós-ocupação	Moradores não cuidam da conservação mínima.	Degradação precoce, reclamações e ações coletivas.	Beneficiários (mas Contratante responde politicamente).	Entregar Manual; campanhas educativas; capacitação social.	Alta – comum em programas habitacionais.	Moderado – desgaste social/político, sem afetar legalidade da entrega.

Conceitos básicos:

- a) Risco** – Evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da contratação. O risco é medido em termos de impacto e de probabilidade (inciso XIII, art. 2º, IN CGU/MPOG nº 01/2016);
- b) Definição** – Descrição clara/materialização do risco identificado;
- c) Materialização** – Efeitos práticos/impactos da ocorrência do risco;
- d) Alocação** – Responsabilidade pela gestão (Contratante, Contratada ou ambos);
- e) Mitigação** – Medidas preventivas ou contingenciais para diminuir a chance do risco ou atenuar os efeitos;
- f) Classificação** – Avaliação da probabilidade e do impacto (de “muito baixa” a “muito alta” e de “desprezível” a “catastrófico”).



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

MATRIZ DE RISCOS

		CONSEQUÊNCIA				
		Desprezível	Fraco	Moderado	Forte	Catastrófico
Probabilidade	Peso	1	6	20	50	100
Muito alta	1,00				3	
Alta	0,70			11, 69	8, 15, 19, 21, 25, 27, 30, 38, 53, 65	
Média	0,35			1, 4, 13, 20, 23, 26, 28, 29, 31, 36, 37, 45, 46, 52, 59, 61, 62, 66, 67	2, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 24, 40, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 63, 64, 68	22
Baixa	0,10			6, 17, 47, 55	7, 18, 32, 33, 34, 39, 57	35, 43
Muito Baixa	0,01				42	

Observações gerais:

- 1) A análise de riscos foi realizada durante o Planejamento da Contratação e aborda riscos relevantes até o encerramento da contratação;
- 2) A Matriz de Riscos deve ser atualizada a medida em que se avança as etapas da contratação;
- 3) O Fiscal do Contrato deve se atentar para a Matriz de Risco durante a execução dos serviços;
- 4) Foram utilizadas, como escalas de classificação de probabilidade e impacto, as referências metodológicas constantes do Manual de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP (2020), elaborado com base em modelos reconhecidos internacionalmente, como o COSO ERM e a ISO 31000, bem como em conformidade com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, conforme demonstrado a seguir.

Escala de Probabilidade		Escala de Impacto	
Muito Baixa	Pode ocorrer em circunstâncias excepcionais	Desprezível	Poderá comprometer de forma quase nula
Baixa	Pequena possibilidade de ocorrer	Fraco	Poderá comprometer de forma insignificante o objetivo do processo
Média	Provável que ocorra em várias	Moderado	Poderá comprometer o alcance de parte
Alta	Deve ocorrer em algum momento	Forte	Poderá comprometer o alcance de parte relevante do objeto do processo
Muito Alta	Muito provável de ocorrer	Catastrófica	Poderá comprometer o alcance total do objetivo do processo



MUNICÍPIO DE ITAMONTE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Itamonte-MG, 13 de julho de 2026.

MARCELO FILGUEIRAS GUIMARÃES

Arquiteto/ Responsável Técnica

CAU: A76638-0

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Territorial

JOSÉ RICARDO ALMADA OLIVEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Serviços Públicos

Responsável pela unidade demandante